

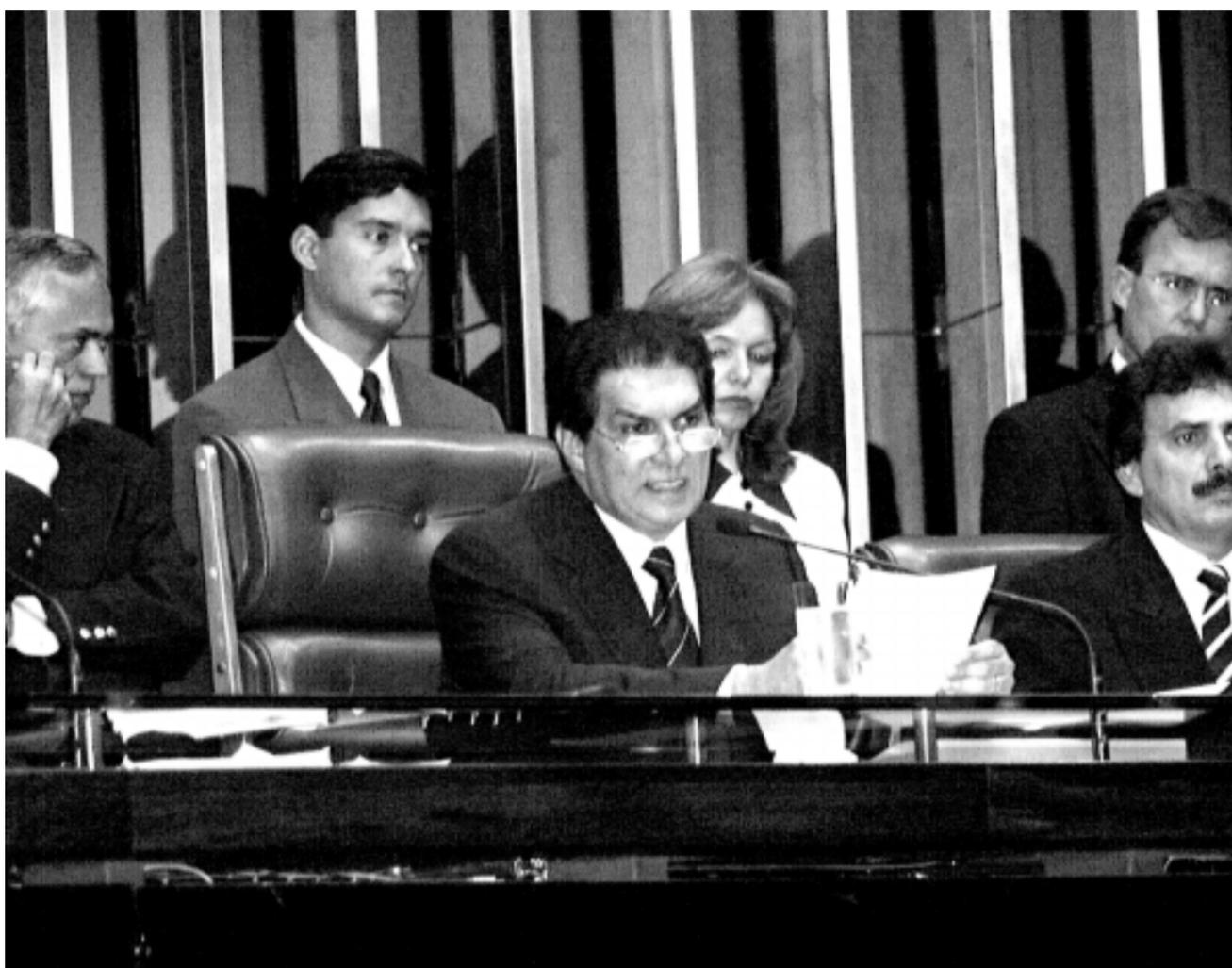
JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.240 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 15 DE FEVEREIRO DE 2001

Jader assume Presidência do Senado defendendo a votação das reformas

Eleito com 41 votos, novo presidente prega a elevação do “conceito de respeito do Senado”, o restabelecimento do clima de cordialidade e a votação pelo Congresso Nacional de mudanças nas áreas política e tributária e no Poder Judiciário



Ao tomar posse como presidente do Senado, ontem, o senador Jader Barbalho considerou imprescindíveis a discussão e a votação das reformas política, tributária e do Poder Judiciário. O novo presidente defendeu o entendimento “de forma elevada, tomando em consideração os superiores interesses da nação”, entre os diferentes partidos no Senado. Na administração da Casa, o senador pregou a “responsabilidade compartilhada” e observou que a confiança nos Poderes constituídos é “o primeiro passo da governabilidade”.

PÁGINA 3

Congresso instala hoje nova sessão legislativa

A Terceira Sessão Legislativa da 51ª Legislatura será instalada hoje pelo presidente do Senado, Jader Barbalho. Depois de chegar ao Senado e passar a tropa da Guarda Presidencial em revista, às 15h, Jader preside sessão solene do Congresso, em que será lida mensagem do presidente da República.

PÁGINA 2

No discurso de posse, Jader afirmou que “as divergências têm que ficar para trás, fazer parte de um passado que todos desejamos esquecer”

Partidos definem as lideranças

O PSDB, o PFL e o PDT mantiveram seus líderes partidários para as duas próximas sessões legislativas. O Bloco Oposição e o PSB renovaram suas lideranças na Casa.

PÁGINA 2

Cargos da Mesa são preenchidos por acordo

Os demais integrantes da Mesa do Senado foram eleitos ontem à noite em chapa única, como resultado de acordo dos líderes dos partidos.

PÁGINA 3

Lobão é o primeiro-vice-presidente do Senado



Carlos Wilson foi eleito o primeiro-secretário

Nova Mesa do Senado

Presidente – Jader Barbalho (PMDB-PA)
1º vice-presidente – Edison Lobão (PFL-MA)
2º vice-presidente – Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
1º secretário – Carlos Wilson (PPS-PE)
2º secretário – Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
3º secretário – Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB)
4º secretário – Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR)

Suplentes

Alberto Silva (PMDB-PI), Marluce Pinto (PMDB-RR), Maria do Carmo Alves (PFL-SE) e Nilo Teixeira Campos (PSDB-RJ)

Congresso instala hoje nova sessão legislativa

Senador Jader Barbalho preside sessão solene a partir das 15h. Na ocasião, será lida mensagem do presidente da República sobre o momento político e econômico do país e as relações entre Executivo e Legislativo

O novo presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), instala hoje a terceira sessão legislativa da 51ª Legislatura, em cerimônia que simboliza a mudança na direção das duas Casas do Congresso Nacional. Depois de chegar ao Senado e passar a tropa da Guarda Presidencial em revista, Jader preside, às 15h, sessão solene do Congresso em que será lida mensagem do presidente da República.

Jader chegará ao Congresso cerca de meia hora antes do início da sessão, no carro da Presidência do Senado, que o conduzirá escoltado pelo Batalhão de Polícia do Exército de Brasília. Na base da rampa do Congresso, Jader será recebido pela diretora de Relações Públicas do Senado, Ilana Trombka, e por um oficial da Guarda de Honra do Batalhão da Guarda Presidencial.

Nesse instante, acontecerá o exórdio (toque de saudação) e, acompanhado pelo comandan-

te, ele passará a tropa em revista. Em companhia de Ilana Trombka, o presidente do Senado iniciará a subida da rampa, onde será recepcionado pelos secretários-gerais das Mesas do Senado e da Câmara, Raimundo Carreiro e Mozart Vianna de Paiva, e pelos diretores-gerais, Agaciel Maia e Ademar Sabino, respectivamente, além do diretor de Relações Públicas da Câmara, Osvaldo Vaz Morgado.

Em seguida, o presidente será conduzido até a primeira plataforma da rampa, onde se reunirá aos líderes dos partidos políticos no Senado e na Câmara para ouvir o Hino Nacional, executado pela Banda do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas. Ao mesmo tempo será hasteada a bandeira do Brasil. Finalmente, será realizada a Salva de Gala (21 tiros de canhão) pelo 32º Grupo de Artilharia de Campanha.

Jader seguirá, então, em direção

ao Salão Negro e ao plenário da Câmara, onde o novo presidente daquela Casa, deputado Aécio Neves, o recepcionará. No plenário da Câmara, ocupado por deputados e senadores, Jader sentar-se-á à Mesa, com Aécio à sua direita e o presidente do Supremo Tribunal Federal, Carlos Mário Velloso, à esquerda. O primeiro e o segundo-secretários da Mesa do Congresso completarão a Mesa.

Aberta a sessão, Jader convidará o ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente, a entregar ao primeiro-secretário da Mesa do Congresso a mensagem presidencial para o biênio 2001/2002. Na mensagem, que será lida pelo primeiro-secretário, o presidente Fernando Henrique Cardoso deve falar da conjuntura política e econômica do país, além de fazer observações sobre as relações entre Executivo e Legislativo. Se desejar, Jader será o único parlamentar a fazer uso da palavra, antes de encerrada a sessão.

Partidos começam a tratar da composição das comissões

Concluída a eleição da nova Mesa do Senado, começa o processo de renovação das comissões permanentes da Casa. Os líderes partidários se reunirão na próxima terça-feira com o novo presidente do Senado, Jader Barbalho, para fazer as indicações dos novos integrantes das comissões, que terão mandatos de dois anos, simultâneos ao da Mesa.

A composição das comissões deverá assegurar "tanto quanto possível", segundo o Regimento Interno do Senado, a participação proporcional das representações partidárias ou dos blocos. Após as indicações feitas pelos líderes, as comissões têm prazo de cinco dias úteis para instalar seus trabalhos e

uma dessas matérias. Além disso, devem resolver questões de ordem e agir como meio de comunicação entre a comissão e a Mesa.

Entre as competências das comissões, estão as de discutir e votar projetos de lei, convocar ministros de Estado para prestar informações a respeito de suas pastas, realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil e opinar sobre o mérito de proposições submetidas ao seu exame.

Além da Mesa ou Comissão Diretora, à qual cabe exercer a administração interna do Senado, existem sete outras comissões permanentes na Casa: Assuntos Econômicos (CAE); Assuntos

Entre as competências das comissões, estão as de discutir e votar projetos de lei e convocar ministros de Estado para prestar informações

Sociais (CAS); Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); Educação (CE); Fiscalização e Controle (CFC); Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE); e Serviços de Infra-Estrutura (CI).

Cada uma das comissões poderá, segundo o Regimento, criar até quatro subcomissões permanentes ou temporárias, a partir de proposta de qualquer um de seus integrantes. Os relatórios aprovados pelas subcomissões serão submetidos ao plenário da comissão.

PSDB, PFL e PDT mantêm líderes, Bloco Oposição e PSB renovam

O PSDB e o PFL reconduziram os senadores Sérgio Machado (CE) e Hugo Napoleão (PI), respectivamente, como líderes partidários para as próximas duas sessões legislativas. O Bloco Oposição indicou o senador José Eduardo Dutra (SE) para o lugar de Heloísa Helena (AL) e o PSB escolheu Ademir Andrade (PA) em substituição a Roberto Saturnino (RJ).

Na reunião de ontem à noite do Senado, a bancada do PDT comunicou à Mesa a recondução à liderança do senador Sebastião Rocha (AP).



Sérgio Machado



Hugo Napoleão



José Eduardo Dutra



Ademir Andrade



Sebastião Rocha



AGENDA

QUINTA-FEIRA, 15 DE FEVEREIRO DE 2001

PLENÁRIO

15h - Sessão Solene do Congresso
Pauta: Instalação dos trabalhos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura.
Local: Plenário da Câmara

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Jader é eleito com maioria absoluta de votos

Respalhado por uma aliança que reuniu o PMDB e o PSDB, o novo presidente do Senado teve o apoio de 41 dos 81 senadores. Arlindo Porto, lançado pelo PFL, recebeu 28 votos, e 12 foram dados a Jefferson Péres, candidato da oposição

O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) foi eleito ontem, em sessão que durou três horas e meia, presidente do Senado. Disputando com outros dois candidatos, ele recebeu 41 dos 81 votos dos senadores e vai dirigir a Casa pelos próximos dois anos. O segundo mais votado foi Arlindo Porto (PTB-MG), lançado candidato "da terceira via" por indicação do PFL, que recebeu 28 votos, sete a mais que o número de senadores do Partido da Frente Liberal. Jefferson Péres (PDT-AM), candidato do Bloco Oposição, ficou com 12 votos.



Em seu discurso de posse, Jader Barbalho pregou a cordialidade na condução dos trabalhos do Senado e do Congresso

Em discurso pronunciado assim que assumiu o cargo, Jader Barbalho pregou a cordialidade na condução dos trabalhos do Senado e do Congresso. O novo presidente defendeu que o Congresso vote o mais rapidamente possível as últimas três grandes reformas do Estado brasileiro – a tributária, a política e a do Judiciário. Para ele, as mudanças no Judiciário vão acelerar os processos na Justiça.

Foi a eleição mais disputada do Senado nos últimos anos. No passado, era eleito presidente um representante do partido com maior bancada, respeitando-se o critério de revezamento com a presidência da Câmara. Desta vez, a eleição foi acirrada, em razão das restrições feitas a Jader pelo então presidente, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), integrante da segunda maior bancada na Casa.

Mais de 200 repórteres, fotógrafos e cinegrafistas acompanharam a votação. As galerias ficaram lotadas e dezenas de deputados, de todos os partidos, lotaram o plenário. Os senadores foram chamados um a um para o voto, feito em cédula rubricada pelo presidente e pelo primeiro-secretário do Senado, senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB). Essa parte dos trabalhos durou uma hora e meia e os senadores eram chamados por ordem de criação dos estados do país – começou pela Bahia. Eles marcavam seu voto com caneta Bic azul, para evitar qualquer identificação mais tarde, e depositavam a cédula em duas urnas que ficaram à mesa do

plenário. Mais tarde, as cédulas foram destruídas.

Na apuração, Antonio Carlos lia o conteúdo de cada cédula e a repassava em seguida a outros integrantes da Mesa. A contagem de votos foi feita pelos senadores Carlos Patrocínio (PFL-TO), Fernando Matusalém (PPB-RO) e José Agripino (PFL-RN). Jornalistas, parlamentares e assessores também contavam cada voto e houve palmas no momento em que o nome de Jader Barbalho obteve o 41º voto, conquistando o apoio da maioria absoluta dos senadores. Na verdade, estaria eleito quem contasse com o maior número de votos.

Em seu discurso de despedida, Antonio Carlos Magalhães enumerou as grandes votações do Senado nos quatro anos em que dirigiu a instituição, destacando a regulamentação do uso de medidas provisórias (projeto parado na Câmara), a extinção da figura do juiz classista na Justiça do Trabalho, o novo Código Civil (também ainda não votado pelos deputados) e mudanças na imunidade dos parlamentares, para que eles possam ser processados se cometerem crimes que nada têm a ver com a atividade parlamentar.

Ao deixar a Mesa, Antonio Carlos desceu por uma lateral e Jader subiu por outra. Depois do discurso de posse, Jader suspendeu a reunião e convocou outra para mais tarde, para a eleição dos demais membros da Mesa. Ao final, formaram-se longas filas de cumprimentos ao novo presidente do Senado e ao seu antecessor.

Senado empossa o 58º presidente de sua história

O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) é o 58º parlamentar escolhido presidente da Casa desde a criação do Senado Federal, em 1824. Jader responderá pela Presidência do Senado no biênio 2001/2002, e é o segundo senador eleito pelo Pará a exercer o cargo. O primeiro foi Jarbas Passarinho, que desempenhou a função entre 1981 e 1983.

O novo presidente do Sena-

do vai comandar, hoje, a sessão solene de instalação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura. Jader Barbalho deve ser recepcionado, ao lado do presidente eleito da Câmara dos Deputados, pelos líderes dos partidos em sua chegada ao plenário da Câmara para presidir a sessão do Congresso.

A carreira política de Jader Barbalho iniciou-se no Movimento Democrático Brasileiro (MDB),

partido pelo qual foi eleito vereador em 1967. Antes de chegar ao Senado, em 1995, exerceu mandatos como deputado estadual (1971/1975), deputado federal (1975/1983) e governador (1983/1987 e 1991/1994). Também fez parte do governo José Sarney como ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (1987) e ministro da Previdência e Assistência Social (1988). Jader Barbalho era líder do PMDB no Senado desde 1995.



Eleição da Mesa



Edison Lobão, primeiro-vice-presidente



Antonio Carlos Valadares, segundo-vice



Carlos Wilson, primeiro-secretário

PFL fica com a Primeira Vice-Presidência

Reunido na noite de ontem, o Plenário do Senado elegeu a nova Mesa para o biênio 2001/2002, após acordo firmado durante encontro dos líderes de partidos com o novo presidente, senador Jader Barbalho (PMDB-PA). Os nomes foram eleitos por 73 votos a favor, um contra e uma abstenção.

A 1ª Vice-Presidência coube ao senador Edison Lobão (PFL-MA) e a 2ª, ao senador Antonio Carlos

Valadares (PSB-SE).

Para o cargo de primeiro-secretário, que tem sob a sua responsabilidade a condução dos assuntos administrativos decididos pela Mesa, inclusive investimentos, foi escolhido o senador Carlos Wilson (PPS-PE). É a primeira vez, nos últimos anos, que a 1ª Secretaria não cabe a um dos dois maiores partidos do Senado.

O segundo-secretário é o sena-

dor Antero de Barros (PSDB-MT); o terceiro-secretário, Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB); e o quarto, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR).

Quatro senadores foram eleitos suplentes, na seguinte ordem: Alberto Silva (PMDB-PI), Marluce Pinto (PMDB-RR), Maria do Carmo Alves (PFL-SE) e Nilo Teixeira (PSDB-RJ). Todos os eleitos tomaram posse imediatamente.



Antero Paes de Barros, segundo-secretário



Ronaldo Cunha Lima, terceiro-secretário



Mozarildo Cavalcanti, quarto-secretário

Senadores da base governista esperam reunificação

Integrantes do PMDB, PSDB e PFL acreditam que a forte disputa pela Presidência do Senado será superada e os três partidos continuarão dando sustentação política ao governo Fernando Henrique

Na avaliação de vários senadores do PMDB, do PSDB e do PFL, a disputa pela Presidência do Senado opôs circunstancialmente o PFL aos outros dois partidos de sustentação do governo na Casa, mas, definido o sucessor de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), a base deverá se recompor. Só o peemedebista Roberto Requião (PR) acredita que a vitória de Jader Barbalho (PMDB-PA) e a derrota de Arlindo Porto (PTB-MG) enfraqueceram a maioria governista.

O momento é de reconciliação, na opinião de vários pefelistas. A expectativa do senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) é de que o Senado "passe a viver um período de reconciliação e de reconstrução de sua imagem". Na mesma direção, Carlos Patrocínio (PFL-TO) acredita que o momen-

to agora é de união. Já o senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) afirmou que o PFL não deixará a base do governo.

Entre os integrantes do PSDB, Nilo Teixeira Campos (RJ) manifestou a mesma expectativa dos pefelistas, dizendo que o PFL não sairá enfraquecido da disputa que resultou na vitória de Jader Barbalho.

— Jader vai tomar medidas para tranquilizar o PFL e para avançar no processo democrático — declarou.

O líder do governo no Senado, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), também manifestou sua confiança na reunificação da base governista.

— Passada a disputa, os partidos da base colocarão o interesse do país acima das querelas



Arruda afirma que partidos "colocarão o interesse do país acima das querelas"

partidárias — afirmou.

Amir Lando (PMDB-RO) disse que é hora de "sepultar o passado", referindo-se aos ataques pessoais que antecederam as eleições de ontem.

— É hora de as querelas pessoais serem afastadas do cenário político — insistiu.



Oposição avalia conseqüências da disputa

Os senadores dos partidos de oposição apostam em uma divisão da base governista como conseqüência da eleição de Jader Barbalho (PMDB-PA) para a Presidência do Senado. Para a líder do Bloco Oposição, senadora Heloísa Helena (PT-AL), a disputa desagregou a sustentação do governo.

O candidato das oposições, Jefferson Péres (PDT-AM), avalia que a eleição de Jader fortalece a "facção mais governista" do PFL.

— O lançamento da candidatura Arlindo Porto sepultou qualquer chance de uma alternativa ao senador do PMDB — afirmou ele.

Jefferson disse crer na perda de espaço político pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

— Não se sabe se ele continuará sendo uma liderança nacional — analisou, defendendo ainda que o Ministério Público e a Comissão de Ética do Senado investiguem as acusações mútuas de corrupção entre Antonio Carlos e Jader Barbalho.

Na avaliação do senador Roberto Freire (PPS-PE), a vitória de Jader significou que o aliado preferencial do governo Fernando Henrique Cardoso deixou de ser o PFL e passou a ser o PMDB.

Único senador de seu partido a declarar voto no candidato oposicionista, Roberto Saturnino (PSB-RJ) vê prejuízos políticos para o Executivo.



Jefferson Péres diz que a "facção mais governista" do PFL saiu fortalecida

— A derrota do PFL vai se refletir em posturas eventuais de discordância do partido com o governo — avalia.

Saturnino disse que ainda é cedo para se fazer uma previsão a respeito da gestão de Jader Barbalho na Presidência do Senado.

— Jader se comprometeu a ouvir mais os outros membros da Mesa, no entanto a sua postura ainda é uma incógnita tanto para as oposições como para a opinião pública — comentou.

Para o senador Paulo Hartung (PPS-ES), depois de um momento de acomodação natural que virá após a eleição do Senado, o governo federal continuará a contar com maioria na Casa. Ele defendeu a definição de uma agenda clara que retome as reformas no país, incluindo a reforma tributária e a Lei das Sociedades Anônimas.

Jader considera superado o confronto eleitoral

O presidente do Senado, Jader Barbalho, afirmou, logo após a reunião que decidiu a nova composição da Mesa, que considera superada a disputa pela Presidência. "Foi um episódio eleitoral dentro do Congresso, e não tenho dúvidas de que haverá grande entendimento", afirmou o senador, que não prevê dificuldades para recompor a base governista. Segundo ele, o contato com os líderes tem sido feito com a maior cordialidade.

Jader se disse feliz com a vitória por maioria absoluta e saudou a

tranquilidade com que transcorreu o processo. Ele também elogiou o PFL. "É da maior conveniência para o governo e para o país que o PFL continue a integrar a base governista", afirmou, dizendo ainda que não há derrotados.

O presidente anunciou que, entre suas primeiras providências, está a de preencher as comissões técnicas. Ele já convidou os líderes dos partidos para uma reunião a fim de tratar do assunto, e afirmou que não há tempo para festa. "Temos muito trabalho a fazer", declarou.

Tião Viana lamenta quebra de acordo para apoiar Jefferson

O senador Tião Viana (PT-AC) considerou a eleição do senador Jader Barbalho para a Presidência do Senado como uma decisão soberana de todos os senadores, que se deve respeitar, nunca questionar.

Ele lamentou, no entanto, que a esquerda desunida não tivesse dado ao



Para Tião Viana, eleição de Jader Barbalho não pode ser questionada

seu candidato, o senador Jefferson Péres, os 15 votos esperados. "Tivemos um almoço, hoje mesmo, em que ficou fechado um acordo dos 15 presentes para votarem no nosso candidato. Vejo, com tristeza, que Jefferson Péres obteve somente 12 votos", lamentou.

Eleições de 2002 não podem prejudicar Congresso, diz Lobão

Mesmo com a renovação de dois terços da composição atual do Senado em outubro de 2002, quando grande parte dos senadores se submeterá à eleição, o 1º-vice-presidente da Casa, Edison Lobão (PFL-MA), acredita que os trabalhos do Congresso não devem ser prejudicados no próximo ano.

— Teremos, sobretudo os dirigentes, que programar a nossa vida política de tal sorte que não prejudique em nada o desempenho do Congresso Nacional — afirmou.

Na 1ª Vice-Presidência, regimentalmente, Lobão deve substituir o presidente em seus impedimentos e quando não estiver presente para a condução dos trabalhos da Casa.



Edison Lobão ocupa pela primeira vez um cargo na Mesa

— Há uma tradição de que o vice assume a presidência até a Ordem do Dia e muitas vezes também a comanda. Vou cumprir os deveres regimentais impostos ao primeiro-vice-presidente do Senado — disse.

Lobão lembrou que o Regimento estabelece que as decisões fundamentais da Mesa são tomadas pelo colegiado e que o senador Jader Barbalho manterá essa tradição e cumprirá as normas para que a Mesa decida solidariamente.

Apesar de estar no Congresso há 20 anos, é a primeira vez que Lobão ocupa um cargo na Mesa. "Nunca tive interesse em participar da Mesa. Agora, convidado pelos companheiros, aceitei ser o segundo na hierarquia do Senado", declarou.



Jader quer apressar a votação das reformas

O novo presidente do Senado pregou, em seu discurso de posse, o entendimento político e o equilíbrio nas relações entre os poderes. “O Parlamento é o lugar da negociação e do diálogo permanente”, afirmou

Em seu discurso de posse como presidente eleito do Senado Federal, o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) disse que são imprescindíveis a discussão e a votação das reformas política, tributária e do Judiciário. Ele destacou a reforma tributária, que, a seu ver, não pode mais ser adiada. O novo presidente do Senado iniciou seu discurso às 18h55, logo após o anúncio do resultado da votação pelo ex-presidente Antonio Carlos Magalhães.

O presidente do Senado disse que está exaurida a discussão sobre a reforma tributária, e que o fundamental agora é vontade política para votá-la, para libertar o sistema produtivo brasileiro das amarras que o impedem de crescer. Quanto à reforma política, Jader Barbalho considerou-a essencial para a melhoria da imagem da classe política e para dar legitimidade aos partidos.

O senador citou como exigências da sociedade civil regras mais claras e rígidas para o financiamento de campanhas eleitorais, coligações de partidos em períodos de eleição e instituição da fidelidade partidária. Lembrou que já existe um trabalho do líder do PSDB, senador Sérgio Machado (CE), que está em exame pelo vice-presidente da República, Marco Maciel, e pelo presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen.

Em relação à reforma do Judiciário, o novo presidente do Senado disse que é urgente, para que todos os brasileiros possam usufruir de uma justiça eficiente, justa e rápida. “E aí é necessário reconhecer que a culpa do que ocorre não cabe aos juízes, mas sim à processualística que permite que os processos se perpetuem em suas mesas, com a inesgotável possibilidade de recursos, a maioria deles com o único fim protelatório”, disse o senador.

Jader Barbalho pregou também o entendimento político entre todos os partidos e o equilíbrio, para que se aprimore o conceito de respeito ao Senado Federal. Ele reconheceu que as eleições para a Presidência da Casa ocorreram em um clima que definiu como “atípico”, o que abalou a imagem do Congresso Nacional. E recomendou: “as divergências devem ficar para trás, fazendo parte de um passado que nenhum de nós deve desejar”.

A seguir, a íntegra do pronunciamento do novo presidente do Senado, ao assumir o cargo.

Senhoras senadoras e senhores senadores, quero registrar, inicialmente, que entendo a função de presidir o Senado Federal como um ato de exercício democrático. Isso quer dizer que nesta Casa somos pares; logo, o seu presidente deve ter como norte a responsabilidade compartilhada.

Penso que a discrição e a austeridade são imprescindíveis, não só à boa administração, mas, sobretudo, nas relações entre os Poderes da República.

A confiança nos poderes constituídos – Executivo, Legislativo e Judiciário – é, com certeza, o primeiro passo da governabilidade do país. Por isso mesmo, estou determinado a evitar que se lance o Senado da República na torrente da agitação política pura e simples. É necessário haver equilíbrio. O

Parlamento é o lugar da negociação e do diálogo permanente. Há que se conciliar a ênfase na defesa de determinadas posições com a manutenção de um clima de respeito e de cordialidade.

É forçoso reconhecer que as eleições que me conduziram à Presidência desta Casa ocorreram em clima atípico, que acabaram por abalar fortemente a sua própria imagem.

A hora é, portanto, de elevar o conceito de respeito do Senado Federal. Há que se restabelecer, também, o clima de cordialidade que sempre reinou na história do Senado entre os senadores e entre eles e o corpo funcional da instituição. As divergências devem ficar para trás, fazendo parte de um passado que nenhum de nós deve desejar.

É tempo, também, de recons-



Jader considera essencial votar as reformas tributária, política e do Judiciário

trução política, de busca de tranquilidade, decisiva no passado recente para que o país enfrentasse as crises econômicas, e que repousou, principalmente, no equilíbrio entre os Poderes.

Hoje não sou mais presidente de um partido político ou seu líder no Senado Federal. Sou presidente da Casa, e minha atuação deve pairar acima de eventuais disputas partidárias, para que os trabalhos sejam desenvolvidos de forma acelerada e eficiente. É indispensável que o entendimento entre os diferentes partidos que têm assento no Senado se faça de forma elevada, tomando em consideração os superiores interesses da nação.

No momento em que o país dá evidentes sinais de vitalidade econômica, sendo apontado como um dos melhores locais para investimentos no mundo globalizado, é necessário que o Senado continue a fazer a sua parte, colaborando para uma agenda de solidariedade social e competitividade econômica, a fim de que os ganhos alcançados tenham a participação do povo.

Por outro lado, considero imprescindível a discussão e a votação da reforma tributária, da reforma política e da reforma do Judiciário. Quanto à primeira, não há mais como adia-la. A discussão sobre ela está exaurida. Os caminhos estão

claros. Os estudos já efetuados nas duas Casas do Congresso, com a inestimável ajuda da sociedade brasileira, esgotaram a matéria, que está pronta para ser votada. Agora, é necessária apenas a vontade política para que ela se torne realidade, libertando a nossa produção das amarras que a impedem de crescer, permitindo que as empresas gerem os empregos necessários e as riquezas que irão resgatar a imensa dívida

social que todos nós temos com o povo brasileiro.

Quanto à reforma política, considero que será uma grande contribuição não só para a melhoria da imagem da classe política, mas também para a atividade partidária, que ganhará em eficiência e legitimidade. Há assuntos para os quais a sociedade exige transparência, como o financiamento das campanhas políticas, as coligações em eleições e a fidelidade partidária, cujas definições irão aprimorar o processo democrático no Brasil. O senador Sérgio Machado, líder do PSDB, já enca-

“A discrição e a austeridade são imprescindíveis, não só à boa administração, mas, sobretudo, nas relações entre os Poderes”

minhou relatório com inestimável contribuição à discussão do assunto; e o PFL, por intermédio do ilustre senador Jorge Bornhausen e do nobre vice-presidente da República Marco Maciel, vem conduzindo negociações com todas as forças políticas, incluindo a oposição.

Quanto à reforma do Judiciário, ela é urgente, para que todos possamos usufruir de uma justiça eficiente e rápida. É necessário reconhecer que a culpa do que ocorre não cabe aos juízes, mas sim à processualística, que permite que os processos se perpetuem em suas mesas, com a inesgotável possibilidade de recursos, a maioria deles única e exclusivamente com o fim protelatório.

O Congresso Nacional pode, em muito, modernizar a Justi-

ça brasileira se for capaz de modificar a legislação processual que permite a protelação. A justiça deve ser feita no Brasil e, como prestadora de serviço, efetivamente atender aos seus usuários.

Quanto às medidas provisórias, nossa Casa já realizou brilhante trabalho – relatado com maestria pelo senador José Fogaça –, que está para ser votado na Câmara dos Deputados, com a brevidade requerida pela sociedade brasileira.

Como presidente do Senado e do Congresso Nacional, tudo farei para manter um bom entendimento com o presidente da Câmara dos Deputados. Tenho certeza de que conseguiremos, no mais breve espaço de tempo, fazer com que a elaboração legislativa seja feita pelo Poder Legislativo, até com relação às medidas provisórias.

Agradeço, do fundo do coração, aos meus companheiros do PMDB, que cerraram fileiras ao meu lado. Sem eles, certamente, não estaria ocupando este lugar. Agradeço também aos companheiros do PSDB e de outros partidos que se juntaram a nós, dando-me um inquecível crédito de confiança.

O Regimento do Senado prevê a maioria simples para a escolha do seu presidente. E senti muita emoção, alegria e orgulho, porque, como político, sou julgado, acima de tudo, por aqueles que convivem comigo nestes seis anos; e quem me julgou, nesta tarde, foi a maioria absoluta do Senado, a quem sou penhoradamente grato.

Aos meus eventuais concorrentes, senadores Jefferson Péres e Arlindo Porto, meu reconhecimento pela conduta lhana, exemplar, cordial, fazendo com que a disputa tivesse um momento mais nobre que os períodos que, lamentavelmente, a antecederam. Convido Suas Excelências e todos os senadores da Casa para me ajudarem na difícil tarefa que me cabe a partir de hoje: de cumprir o honroso trabalho de presidir o Senado Federal.

Que Deus proteja o Senado e o Brasil. Muito obrigado.



ACM faz balanço positivo de sua gestão

Entre as principais realizações do Senado nos últimos quatro anos, o senador cita mais de 2 mil propostas apreciadas e o estabelecimento de uma comissão parlamentar de inquérito para apurar irregularidades no Judiciário

O senador Antonio Carlos Magalhães destacou, em seu discurso de despedida da Presidência do Senado, a moralidade de sua gestão e anunciou que, como parlamentar, será um fiscal da administração pública. Ele pregou o combate à corrupção nos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

Antonio Carlos disse que o Senado apresenta um balanço positivo dos quatro anos em que esteve na presidência. Entre as principais realizações da Casa nesse período, ele citou mais de 2 mil propostas apreciadas e o estabelecimento de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar denúncias de irregularidades no Judiciário.

Na produção legislativa, o senador destacou a aprovação, pelas duas Casas do Congresso, de emenda constitucional de sua autoria que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. A aprovação pelo Senado do projeto de um novo Código Civil e da regulamentação da imunidade parlamentar – que ainda aguardam deliberação da Câmara – foi também ressaltada.

Ao Legislativo, afirmou o senador, cabe o mérito pelo aumento do salário mínimo. O mesmo Legislativo que, na sua opinião, é “usurpado no cumprimento de seus deveres de legislar” pela ampla utilização de medidas provisórias, as quais precisariam – a seu ver – ter o uso limitado. Ao lembrar a aprovação de projetos importantes de iniciativa do Poder Executivo, Antonio Carlos disse que o Congresso auxiliou a governabilidade mas agiu com independência.

Abaixo, a íntegra do discurso do senador Antonio Carlos Magalhães.

Senhoras e senhores senadores, há quatro anos assumi o mandato de presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, a maior honra da minha vida, de um parlamentar, a que fui conduzido pela confiança dos nobres pares.

Neste momento, portanto, em que me desincumbi da missão que me foi conferida, cumpre-me a satisfação de rememorar compromissos firmados naquela ocasião e que fizemos realizar, muitas vezes até além das expectativas, graças ao ritmo de trabalho levado a efeito nas últimas sessões legislativas, em perfeita sintonia com os membros desta Casa.

Prometi, então, que lutaria por algumas proposições, cuja aprovação era considerada indispensável para o melhor funcionamento das instituições. Assim, declarei que o Senado votaria o efeito vinculante, imprescindível para o funcionamento do Poder Judiciário, que só foi combatido pelo corporativismo.

O projeto do Código Civil, que tramitava há tantos anos no Senado, desde 1984, foi aprovado no Senado e remetido à Câmara dos Deputados, onde, infelizmente, até hoje se encontra. Pasmem, com tantos avanços na ciência e na sociedade, o nosso Código Civil é de 1916.

O Senado também aprovou a regulamentação da imunidade parlamentar, que é uma aberração completa, quando invocada fora do exercício da atividade do Parlamento. O povo não aceita essa discriminação. Daí por que tenho a certeza de que não vai demorar muito a ser aprovado na Câmara dos Deputados.

Tantos têm sido os crimes contra o Erário que a quebra do sigilo bancário se torna indispensável, pelo menos para os que exercem função pública. Não pode haver sigilo bancário.

Em relação às medidas provisórias, como não era fácil a sua extinção, limitar-lhes o uso já seria extremamente útil ao país e, sobretudo, ao Poder Legislativo, que não abdica, mas é usurpado no cumprimento dos seus deveres de legislar.

Foi o Legislativo o responsável pelo aumento do salário mínimo. A idéia de elevação era antiga, mas só tomou força quando entramos em campo decididamente com outros companheiros de todos os partidos para lutar pela sua melhoria. Ainda é pouco, muito pouco, mas já se deu o primeiro passo em prol de uma menor desigualdade entre os assalariados do país. Outras proposições relevantes ainda terão que ser aprovadas, espero, até janeiro de 2003, quando finda a presente legislatura.

Cresce, dia a dia, nossa responsabilidade pelo desenvolvimento do país e também pela democra-

tização das oportunidades. Somos uma nação desigual, onde a concentração de renda é cada vez maior, levando a falsas alegrias os que podem e as maiores tristezas aos permanentemente infelizes. Essa é uma situação que chama a atenção dos brasileiros e de todo o mundo porque continua sendo e será, mais ainda, causa de perturbações sociais.

O exercício mais elevado do posto do Poder Legislativo, em meu currículo de homem público, haveria de ser coroado com a aprovação concreta para o avanço do saneamento da situação de miserabilidade em que se encontram ainda hoje quase 40 milhões de brasileiros.

Tracei como uma das minhas metas na Presidência do Senado a busca da erradicação da pobreza. Hoje podemos considerar com alcance garantido, ainda que em futuro longínquo, mas a sua diminuição tem que ser atingida já.

Por isso apresentei proposta de emenda à Constituição criando o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, que reuniu parlamentares da situação e da oposição na busca de soluções definitivas. Aprovada nas duas Casas do Congresso Nacional e promulgada, a Emenda Constitucional nº 31, de 2000, já em 2001 proporcionará ao governo R\$ 4 milhões, a serem aplicados em programas voltados para populações de baixa renda.

Agora, precisa ser regulada a presença, também, do Legislativo na sua execução, pois os representantes do povo e o Executivo podem, perfeitamente, trabalhar juntos, com vistas a minorar o sofrimento de milhões e milhões de miseráveis que ainda temos no Brasil, mas não pode ser apenas o Executivo que vai dirigir uma proposta que foi realizada, exclusivamente, pelo Congresso Nacional.

Fiz questão de incluir na pauta das nossas discussões a adoção do Orçamento impositivo, um objetivo a ser alcançado, se possível, ainda no presente ano.

O Orçamento tem que ser o retrato da administração pública. Tem que ser cumprido sem favorecimento a quem quer que seja, como está sendo, infelizmente, agora cumprido. Assim, vão se evitar absurdos e, tenho certeza, os abusos proporcionados pela prática do contingenciamento e as liberações negociadas com a ilicitude.

Seria impossível, nesta hora, declinar todas as proposições e medidas adotadas no desenrolar da nossa gestão. Todas estarão elencadas no relatório que Vossas Excelências vão receber agora e que será uma bússola para os senhores senadores.



Antonio Carlos Magalhães: Congresso ajudou governo, mas agiu com independência

Não posso deixar de realçar, entretanto, o êxito da CPI do Judiciário, criada por iniciativa minha, com debates muito acalorados contra ela. Quando todos viram seus resultados – foi cumprido o nosso papel –, o Brasil todo aplaudiu. Foi a Comissão Parlamentar de Inquérito que produziu e continua produzindo os melhores resultados no Senado, revelando fatos que não poderão ser renegados pelo Poder Judiciário, no cumprimento dos seus deveres, maiores ainda do que os de qualquer outro Poder, quando se fala em defender a moralidade pública. Esse êxito foi possível graças principalmente ao trabalho do senador Paulo Souto, que, como relator, foi coadjuvado por competentes funcionários desta Casa.

A missão constitucional do Congresso, e principalmente do Senado, de fiscalizar a atuação dos demais Poderes da República teve o seu ponto alto no desenrolar das atividades dessa CPI. O trabalho legislativo, voltado para a apuração de irregularidades e ilicitudes dos agentes públicos, estendeu-se além dos limites estipulados pela simples apresentação de um relatório final conclusivo.

O Senado Federal tem feito cumprir a sua missão fiscalizadora na cobrança efetiva da ação dos demais órgãos responsáveis, como o Ministério Público, federal e estadual.

Atendendo à vontade nacional, votamos, quase que por unanimidade, a extinção do cargo de juízes classistas na Justiça do Trabalho. Será necessário, entretanto, atenção para que, por intermédio de outros mecanismos, não sejam criados sucedâneos de sistemas comprovadamente viciados.

Os méritos pelos avanços alcançados por esta Casa legislativa, batendo todos os recordes de realização em sua história, deverão ser atribuídos não apenas às figuras dos seus presidentes e da Mesa Diretora, como também à eficiência e responsabilidade com que se houveram os nobres pares nesse período de transformações significativas da atuação parlamentar na condução dos destinos nacionais.

No plenário e nas comissões todos fizeram ecoar, principalmente através dos veículos de comunicação social do Senado, suas preocupações, o seu alerta sobre a necessidade do povo e da sociedade brasileira como um todo.

É indiscutível que houve um esforço permanente para redimensionar o prestígio do Poder Legislativo, mantendo-o vinculado a tudo o quanto em cada momento representasse o próprio sentimento popular. E um dos requisitos fundamentais foi a fiel observância da transparência dos atos praticados, mostrando a realidade institucional dentro de sua precisa configuração, sem tangenciar aquelas medidas que merecem ressoar para o pleno conhecimento da opinião pública brasileira, que nem sempre recebe a notícia certa, a não ser pelos veículos de comunicação do Senado. O tempo dirá, quanto mais distante ficam esses quatro anos, o quanto foram úteis ao Legislativo brasileiro.

O Poder Executivo alcançou grandes êxitos em vários setores, principalmente mediante as reformas que implantou, e teve a sua atuação efetiva a partir do processo de negociação política, inicia-

do e implementado pelo saudoso deputado Luís Eduardo Magalhães, incansável batalhador pelas reformas propostas pelo governo Fernando Henrique e aperfeiçoadas, todas elas, pelo Congresso Nacional. Os resultados, embora não sentidos ainda, como é natural, por toda a população, já são percebidos na melhoria de nossa economia.

Portanto, o governo Fernando Henrique tem do que se gabar, mas, nem por isso, a minha fala o exime das falhas que ocorreram, mas creio que elas poderão ser sanadas, porque são, sobretudo, falhas em ministérios que não atentam bem para a moralidade pública.

Quero repartir com os meus colegas da Mesa, sem exceção, mas especialmente com o primeiro-secretário, senador Ronaldo Cunha Lima, o êxito da nossa administração. Elevo as minhas homenagens de gratidão aos demais companheiros: senador Geraldo Melo, primeiro-vice-presidente; senador Ademir Andrade, segundo-vice-presidente; senadores Carlos Patrocínio, Nabor Júnior, Casildo Maldaner, e aos suplentes, senadores Eduardo Suplicy, Lúdio Coelho, Jonas Pinheiro e Marluce Pinto. Todos igualmente empenhados nesses anos de maneira despojada dos trabalhos aqui apreendidos pelo engrandecimento do Senado Federal.

É também do meu dever dirigir uma palavra de louvor ao excelente funcionalismo da Casa, formado por pessoas altamente competentes, que ajudam os srs. senadores no trabalho legislativo que produzem. Nesse caso cumpre salientar o papel que desempenharam nesse período o secretário-geral da Mesa, Raimundo Carrero Silva, e o diretor-geral, Agaciel da Silva Maia.

Senhoras e senhores senadores, esta é uma Casa política por excelência, onde se travam debates mais acalorados e onde se luta para prevalecer a moralidade pública. Não é só a produção legislativa, é também a qualidade da legislação. Por tudo isso, o Senado nesses quatro anos, a despeito de nem sempre ser compreendido pela mídia, teve um papel relevante no país e pode apresentar um balanço de realizações poucas vezes visto nas Casas do Congresso Nacional.

Foram mais de 2.000 medidas apreciadas pelo Senado, inclusive decisões da maior importância, incluindo-se o fortalecimento da cidadania, do regime democrático e o aumento da qualidade de vida da população. O Senado cresceu aos olhos de todos, obteve a maior projeção e sintonia com a sociedade e o seu complexo de comunicação social, formado pela TV Senado, Rádio Senado, Agência Senado de Notícias, pelo *Jornal do Senado*, teve papel importante na divulgação das atividades de trabalho árduo e sério aqui desenvolvido. Mas graças tudo isso ao eficiente trabalho do seu diretor, o jornalista Fernando Cesar Mesquita.

A moralidade imperou na administração criteriosa desta Casa. Não há um caso sequer que se possa apontar de irregularidade nos quatro anos em que dirigimos o Senado Federal. Desafio os srs. senadores, quaisquer que sejam e de quaisquer partidos, a apontarem um só.

Da mesma forma foi conduzida a Presidência do Congresso Nacional, em que procurei atender a todas as reivindicações justas apresentadas pelo Poder Executivo.

E não poderia citar o Congresso Nacional sem me referir às calorosas manifestações de apoio recebidas dos seus membros por ocasião da última sessão realizada na semana passada. Homenagens que crédito à generosidade dos srs. congressistas – filiados a todos os partidos políticos com assento nesta e na outra Casa – e que transiro, nesta hora, aos senadores que me apoiaram nesse período.

Aprovaram-se as propostas mais importantes do governo Fernando Henrique. Entretanto, a subserviência não passou por esta Casa. Somos um Poder e, como Poder, temos de ser considerados pelos outros Poderes, para que se cumpram a independência e a harmonia tão desejadas pela própria Constituição.

Acredito que continuaremos assim. E eu, depois de honrado com a Presidência da Casa, como

senador da República, estarei – como sempre estive – alerta para a administração pública e da Casa, no sentido de que o Brasil ocupe posição entre as nações desenvolvidas e, ao mesmo tempo, se não conseguir abolir, pelo menos diminua a triste sina que carrega, há tantos anos, quando se fala justamente em corrupção na gestão pública.

A Lei de Responsabilidade Fiscal que o Poder Legislativo entregou à sociedade é uma ferramenta básica para esse fim.

Senhores senadores e amigos, Rui Barbosa, que honrou o Senado e que ilumina com a sua presença no Plenário, dá-nos, em toda a sua vida, exemplos flagrantes de como se pode, com autonomia, ajudar na consecução de objetivos maiores do Poder Executivo. Foi no espírito do grande civilista que absorvi os princípios sacrossantos que todo homem público tem a obrigação de conhecer e defender.

Em relação ao Brasil, permito-me firmar alguns pontos cimentados em conceitos inabaláveis. O Brasil não merece que seus governantes não tenham conhecimentos das graves irregularidades que infelizmente ocorrem, beneficiando apaniguados alheios à moralidade do governo. A honra do Poder Executivo não pode ser posta em dúvida pelos que, por uma questão de confiança do governante, não seguem a sua tradição de honradez.

O Brasil não merece um Judiciário sujeito à corrupção, vulnerável às vaidades pessoais e à busca de vantagens e galardões que conspurcam o seu exercício. Luto por um Poder Judiciário independente, de homens probos e constituído de magistrados voltados sempre para a aplicação limpa da Justiça, que alcance igualmente grandes e pequenos, necessitados e abastados. A Justiça demorada e tardia – já proclamava o grande baiano – é uma injustiça.

O Brasil não merece um Legislativo aberto à corrupção, a cartas de intenção de compra e venda de mercado de vaidades, balcão de negociatas eivado de oportunismos e exposto à política pessoal e à defesa de interesses individuais nos dedos dos vendilhões que não honram o mandato recebido pelo povo.

O Congresso Nacional é o nervo exposto dos sentimentos e esperanças do povo e do eleitorado que o elegeu, na confiança de ser correspondido e atendido nas suas necessidades. O Legislativo é a expressão mais alta do exercício da política. O Brasil e o Senado Federal não merecem trilhar caminhos de penumbra conduzidos por aqueles que não são acreditados pela sociedade.

Senhoras e senhores senadores, saio feliz pela consciência do dever cumprido, saio feliz pelo apoio que obtive de meus colegas dos anos em que presidi a Casa. Não tenho, é claro, a unanimidade, e me gabo de não tê-la, até porque, se assim fosse, provavelmente não teria bem cumprido os meus deveres. Encerramos este período de quatro anos à frente da Mesa do Senado Federal plenamente convencido de que ajudamos a escrever, de fato, uma página importante na História do Brasil, que será lida, no futuro, pelas novas gerações, para grande orgulho do nosso Parlamento.

No exercício do mandato que ora se encerra, sei que contei com as preces dos homens e das mulheres da Bahia, que, como sempre, rezam para o êxito do meu destino, que, mais do que nunca, se confunde com o da minha terra. Permitam-me, pois, os meus ilustres colegas, que as últimas palavras dessa oração se voltem para a minha Bahia e para o seu governador aqui presente. A Bahia que é a razão da minha vida e que me deu todas as oportunidades para servi-la e, por extensão, ao país.

À minha terra e ao meu povo quero afirmar que não desonrei o seu nome no exercício do mandato que meus pares me conferiram. Ao contrário, sempre inspirado na Bahia e recebendo as bênçãos do Nosso Senhor do Bonfim, que iluminou e ilumina o meu caminho, servi na Presidência do Senado com a mesma honradez e dignidade que tenho pautado a minha conduta na defesa única e exclusiva nos interesses da Bahia e do Brasil. Muito obrigado a Vossas Excelências.

TV Senado discute hoje prisão especial

Senador Roberto Freire, autor do projeto que acaba com privilégio para portadores de diploma superior, e a secretária nacional de Justiça, Elizabeth Sussekind, falam sobre o tema

O sistema de prisão especial é o tema do programa *Cidadania* de hoje, na TV Senado. Os convidados são o senador Roberto Freire (PPS-PE) e a secretária nacional de Justiça, Elizabeth Sussekind. O senador é autor do projeto que propõe o fim da prisão especial para os portadores de diploma superior, que está em discussão no Congresso junta-

mente com uma proposta do Executivo nesse sentido. O programa vai ao ar às 6h30, 13h30 e 19h30.

ENTREVISTA

Também hoje, a TV Senado apresenta três edições do programa *Entrevista*. O biodiesel é o tema de um dos programas, em que o senador Alberto Silva (PMDB-PI) fala do acordo, do

qual foi patrocinador, entre a Universidade Federal do Piauí e a equipe técnica da Universidade Federal do Ceará no projeto de viabilização de óleo combustível feito a partir da mamona (7h30 e 20h30). Em outra edição, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) comenta a crise entre o Brasil e o Canadá (9h30) e o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) trata de

projeto de sua autoria que caracteriza como crime a fraude em concursos públicos e vestibulares (3h30 e 18h30).

Os pontos turísticos e a cultura de cidades e estados brasileiros é o que a TV Senado apresenta no programa *As Cores do Brasil*/hoje: Camboriú (SC), às 3h; Itaipu (PR), às 5h; Ceará, às 6h; Espírito Santo, às 9h, e Natal (RN), às 19h.



Alberto Silva fala do projeto de fabricação de óleo combustível com o uso de mamona

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Cidadania* — Senador Roberto Freire e a secretária Nacional de Justiça, Elizabeth Sussekind, falam sobre a prisão especial
7h30 — *Entrevista* — Senador Alberto Silva fala sobre o biodiesel de mamona
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *Saúde/Unip* — Miama Uterino
9h — *As Cores do Brasil* — Espírito Santo
9h30 — *Entrevista* — Senador Geraldo Melo fala sobre as relações Brasil-Canadá
10h — *Cidadania* — Senador Roberto Freire e a secretária Nacional de Justiça, Elizabeth Sussekind, falam sobre a prisão especial
11h — *Debate* — Senador Eduardo Suplicy e o presidente do Conselho Federal de Contabilidade, José Serafim Abrantes, falam sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal
12h — *Cores do Brasil* — Itaipu
12h30 — *Entrevista* — Senador Alberto Silva fala sobre o biodiesel de mamona
13h — *Cores do Brasil* — Manaus
13h30 — *Cidadania* — Senador Roberto Freire e a secretária Nacional de Justiça, Elizabeth Sussekind, falam sobre a prisão especial
15h — Sessão Conjunta do Congresso Nacional — Sessão Solene de Inauguração da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura (ao vivo)

18h30 — *Entrevista* — Senador Carlos Patrocínio fala sobre as fraudes nos concursos públicos
19h — *Cores do Brasil* — Natal
19h30 — *Cidadania* — Senador Roberto Freire e a secretária Nacional de Justiça, Elizabeth Sussekind, falam sobre a prisão especial
20h30 — *Entrevista* — Senador Alberto Silva fala sobre o biodiesel
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — Sessão Conjunta do Congresso Nacional — Sessão Solene de Inauguração da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura (representação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
15h — Sessão Solene do Congresso Nacional destinada à instalação dos trabalhos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Baianos homenageiam ACM no Congresso

Ao chegar ao Congresso, no último dia como presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães foi recepcionado pelo governador da Bahia, César Borges, pelo prefeito de Salvador, Antonio Imbassahy, e por centenas de prefeitos e vereadores, que o homenagearam.

“Os baianos são muito generosos”, afirmou Antonio Carlos enquanto ouvia gritos de “ACM presidente”. Da chapelaria do Congresso até o gabinete da Presidência do Senado, ele foi acompanhado por um cortejo de prefeitos, deputados e vereadores da Bahia.



Antonio Carlos Magalhães, ao lado do governador César Borges, foi recebido por prefeitos, deputados e vereadores da Bahia

Proposta de Casildo Maldaner institui contribuição para fortalecer defesa civil

A criação de uma contribuição cobrada sobre seguros é, na opinião do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), a maneira adequada para fortalecer o sistema de defesa civil do país. A proposta foi transformada pelo senador em projeto de lei que prevê que os recursos arrecadados pela contribuição sejam destinados ao Fundo Especial para Calamidades Públicas e Defesa Civil (Funcadec), o que, para Maldaner, sanaria a grande deficiência do sistema, que é a falta de recursos.

— A contribuição proposta se destinará a equipar toda a estrutura de defesa civil do país, em especial as corporações de bombeiros. Com os investimentos, é certo que não apenas a prevenção, mas o socorro às situações de calamidade deverão minorar os efeitos das dificuldades — afirma Maldaner na justificativa de seu projeto, que se encontra na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para ser relatado pelo senador Antero de Barros (PSDB-MT).

O autor da proposta argumenta que o atual Fundo Especial de Calamida-

des Públicas (Funcap) — que, pelo projeto, seria substituído pelo Funcadec — não tem fonte de recursos garantida e depende de eventuais dotações orçamentárias, auxílios ou doa-



Maldaner prevê, no projeto, a divisão dos recursos do Funcadec entre União, estados e municípios

ções. Nos últimos anos, afirma Maldaner, os recursos alocados para o fundo são “claramente insuficientes” para qualquer ação do governo.

De acordo com a proposição, a

contribuição sobre seguros terá alíquota de 0,5%, cobrada das operações de seguros privados de pessoas, bens, responsabilidades, obrigações, direitos e garantias. Ficam de fora apenas as operações de resseguro e retrocessão, além de seguros vinculados à produção agrícola, à exportação e aqueles contratados por pessoa jurídica de direito público, o que inclui instituições filantrópicas e de finalidade social. O segurado, de acordo com a proposta, seria o responsável pela contribuição.

Maldaner ainda prevê, no projeto, a divisão dos recursos do Funcadec: 33,4% ficariam para a defesa civil nacional e o restante seria dividido em partes iguais entre os órgãos estaduais e municipais de defesa civil.

— As atividades de defesa civil crescem em importância na mesma proporção do crescimento do país. Quanto mais populoso o país, maiores os riscos de eventos calamitosos e maiores as perdas em vidas e bens econômicos. A ação de socorro, portanto, deve ser pronta, eficiente e precisa — resume o senador.



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado
Net: operadora local informa o número do canal
DirecTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tecsat: canal 17
Internet: www.senado.gov.br
Antena Parabólica — Sistema Digital:
• Satélite: B1
• Transponder: 1 BE (Banda Estendida)
• Polarização: Vertical
• Frequência: 3.644,4 MHz
• Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
• Antena: 3,6 m
• PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG-2 DVB
• Symbol Rate: 3,2143Ms/s
• FEC: 3/4
Antena Parabólica — Sistema Analógico:
• Satélite - B1
• Transponder - 11 A-2 (canal 8)
• Polarização: Horizontal
• Frequência - 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

• Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 MHz
• Satélite: Brasilsat B2
• Polarização: Vertical (RX)
• Modo: Joint-Stereo
• Taxa: 128 Kbps-BPSK
• Programação ABR: CC, 1, 11465600, 256000, 0 FD 1, 17, 1, 7



Osmar: municípios pequenos e médios devem ser prioridade de programas habitacionais

Osmar quer investimento em cidades de menor porte

Em decisão terminativa, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado votará projeto do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que obriga o governo federal a destinar recursos orçamentários ao financiamento de programas habitacionais em municípios de pequeno e médio porte.

O parlamentar argumenta que os programas habitacionais vigentes no Brasil priorizam os aglomerados urbanos em detrimento da grande maioria dos municípios. "Tal lógica acaba reforçando a migração interna", diz ele, defendendo a tese de que o governo deve ser obrigado a desenvolver políticas habitacionais que atinjam municípios de pequeno e médio porte.

Dessa forma, Osmar Dias entende que se promoverá a melhoria generalizada das condições de vida da população, já que "ninguém vive na União, mas nos municípios". Ele acrescenta que "só fortalecendo essas unidades da Federação, se construirá uma nação econômica e socialmente sólida".

O parlamentar quer vincular aos programas habitacionais de municípios distantes 60% dos recursos destinados a moradia popular no Orçamento da União.

Plenário examinará projetos que mudam legislação eleitoral

Os senadores votarão as propostas de financiamento público de campanhas e de fortalecimento da fidelidade partidária

Os projetos que prevêem o financiamento público de campanhas eleitorais e o fortalecimento da fidelidade partidária voltaram à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para análise de emendas apresentadas em plenário. Ambos haviam sido aprovados originalmente em caráter terminativo pela comissão.

Um recurso para que as duas propostas passem pelo Plenário foi apresentado por 11 senadores. Sem o recurso, elas seguiriam diretamente para a Câmara. Os projetos receberam emendas que serão relatadas agora por José Jorge (PFL-PE) e Álvaro Dias (PSDB-PR).

A CCJ decidiu por unanimidade tornar exclusivamente público o financiamento das campanhas eleitorais. O texto aprovado veda a partido e candidato receber "direta ou indiretamente doação em dinheiro ou estimável em dinheiro"



Sérgio Machado sugere que o financiamento das campanhas seja exclusivamente público

proveniente de pessoa física ou jurídica.

Nos anos em que se realizarem eleições, segundo projeto do senador Sérgio Machado (PSDB-CE), as dotações orçamentárias para o Fundo Partidário levarão em conta a quantia de R\$ 7 por eleitor alistado pela Justiça Eleitoral. Do montante arrecadado,

1% será encaminhado em parcelas iguais a todos os partidos e 99% serão destinados aos partidos de forma proporcional, segundo a dimensão de suas bancadas.

No cálculo da proporcionalidade, será levada em conta a filiação dos candidatos eleitos no momento do pleito. Com isso, procura-se evitar que as mudanças de partido após as eleições tenham influência sobre a distribuição dos recursos públicos entre os partidos.

Por 13 votos a dois, a comissão também acolheu parecer favorável ao projeto do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que se destina a evitar a troca de partido por candidatos eleitos. Pela proposta, os candidatos que já tenham pertencido a outro partido precisarão estar filiados por pelo menos quatro anos à sua atual agremiação para concorrerem às eleições.

CAS aprecia vinculação de adicional de insalubridade ao salário efetivo

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) poderá apreciar, em uma de suas primeiras reuniões do ano, o projeto de lei do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) que institui o pagamento obrigatório do adicional de insalubridade com base no salário do trabalhador. Atualmente, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o adicional é pago baseado no salário mínimo da região.

Para Carlos Patrocínio, o projeto aumenta a segurança jurídica nas relações de trabalho que incluem o adicional de insalubridade. Além disso, observou, a inicia-

tiva faz justiça aos trabalhadores que colocam em risco a sua saúde.

Mas o relator da matéria na comissão, senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS), não concorda com Patrocínio. Segundo ele, a medida poderia incentivar uma corrida do empregado a atividades insalubres, na busca por um aumento salarial. Dependendo do grau de insalubridade, conforme prevê a lei, o trabalhador recebe 40% de adicional.

Carlos Patrocínio lembra recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que se ma-



Carlos Patrocínio afirma que a proposta aumenta a segurança jurídica nas relações de trabalho

nifestou contra a utilização do salário mínimo como parâmetro para o pagamento do adicional de insalubridade.

Suplicy apresenta pedido de comparecimento do presidente

Logo após a abertura da sessão do Senado destinada à eleição dos componentes da Mesa, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) encaminhou ao novo presidente da Casa, Jader Barbalho (PMDB-PA), ofício com cerca de 60 assinaturas convidan-

do o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, para apresentar pessoalmente ao Congresso a mensagem presidencial com suas metas de governo. A sessão do Congresso está marcada para as 15h de hoje.

Segundo Suplicy, o ofício foi assi-

nado por senadores de todos os partidos. Ele também lembrou que o comparecimento do presidente ao Legislativo "tem enorme importância nos regimes presidencialistas".

O senador informou que vem conversando sobre o tema com o presidente da República há mais

de um ano e que a idéia foi bem aceita por ele. Suplicy lembrou que, pela Constituição, cabe ao ministro-chefe da Casa Civil a entrega do documento, mas considera que a presença do presidente seria uma forma de prestigiar o Legislativo.



Roberto Freire: instrumento contra "a sangria de recursos públicos" no processo de reforma agrária

Freire propõe meio de evitar desapropriações milionárias

Projeto do senador Roberto Freire (PPS-PE) autoriza a União a requerer a revisão judicial dos valores atribuídos à desapropriação de imóveis para fins de reforma agrária. Nas mãos do senador Edison Lobão (PFL-MA), o projeto aguarda decisão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O texto dispõe que, ante o requerimento da União, o juiz suspenderá provisoriamente o pagamento da desapropriação e designará perito para proceder a nova avaliação, concedendo a atualização monetária cabível, desde que não ultrapasse o valor de mercado do imóvel. Pelo projeto, a parte desapropriada e o Incra poderão indicar assistente técnico do perito. Os valores porventura pagos a mais pela União serão considerados dívida ativa da Fazenda, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal dos que concorrerem para o aumento injustificado do valor da desapropriação.

Freire diz que seu objetivo é criar um instrumento legal para enfrentar "um grave problema que afeta o processo de reforma agrária": sentenças que fixam valores de indenização de imóveis desapropriados em níveis muito superiores aos preços de mercado.

Também observou que, em face da demora na tramitação dos processos na Justiça, as desapropriações para fins de reforma agrária passam a ser um "alto negócio" para os expropriados, desrespeitando o princípio da justa indenização. Por isso, ele entende ser necessário munir o poder público de procedimentos que permitam sustar "essa verdadeira sangria de recursos públicos".